

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E A CRIAÇÃO DA
ORDEM IMPERIAL NO PIAUÍ**

**THE PROCESS OF POLITICAL EMANCIPATION AND THE IMPERIAL
ORDER IN PIAUÍ**

**EL PROCESO DE EMANCIPACIÓN POLÍTICA Y LA CREACIÓN DEL
ORDEN IMPERIAL EN PIAUÍ**

Pedro Vilarinho Castelo Branco

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Docente Titular do Departamento de História e Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

pedrovilarinho@ufpi.edu.br / <http://orcid.org/0000-0002-3380-3438>

Recebido: 24/05/2023; Aceito: 29/08/2023; Publicado: 26/12/2023.

RESUMO

O artigo problematiza o processo histórico do pós-emancipação política no Piauí. A análise inicia pela caracterização dos projetos de sociedade defendidos pelos grupos políticos com atuação na província, bem como pelas implicações das definições constitucionais no Rio de Janeiro quanto ao jogo do poder provincial. No segundo momento, o foco da argumentação é direcionado para a análise das práticas adotadas pelo poder provincial no Piauí, em que se pode constatar a eficácia da governança local em pacificar e manter a ordem social na província, ao tempo em que apresentava dificuldades em equacionar problemas ligados à implantação de políticas públicas que tivessem o objetivo de planejar e executar melhorias na economia e nos aspectos socioculturais em território piauiense. Outrossim, volta-se o presente artigo para as dificuldades do governo local no que diz respeito ao apoio do governo imperial em demandas consideradas importantes para o Piauí, o que era um fator dificultador, na efetivação de mudanças efetivas na Província.

Palavras-chave: Província do Piauí; Pós-independência; Construção da ordem.

ABSTRACT

The article problematizes the historical process of post-emancipation politics in Piauí. We begin the analysis by characterizing the societal projects advocated by political groups operating in the province and the implications of constitutional definitions in Rio de Janeiro in the provincial power dynamics. Secondly, the focus of the argumentation revolves around the analysis of the adopted practices by the provincial power in Piauí, where we verify the effectiveness of the local governance in pacifying and maintaining social order in the province while facing difficulties in addressing issues related to the implementation of public policies aimed at planning and executing improvements in the economy and sociocultural aspects within the province. Furthermore, we discuss the challenges encountered by the local government in securing assistance from the imperial government regarding demands considered important for Piauí, which hindered the implementation of functional changes in the province.

Keywords: Province of Piauí; Post-independence; Construction of order.

RESUMEN

El artículo problematiza el proceso histórico de la post-emancipación política en Piauí. Empezamos el análisis caracterizando los proyectos de sociedad defendidos por los grupos políticos con actuación en la provincia, así como las implicaciones de las definiciones constitucionales en Rio de Janeiro en el juego del poder provincial. En el segundo momento, el enfoque de la argumentación se dirige hacia el análisis de las prácticas adoptadas por el poder provincial en Piauí, donde se puede constatar la eficacia de la gobernanza local para pacificar y mantener el orden social en la provincia, aunque también se presentan dificultades para equacionar problemas relacionados con la implementación de políticas públicas que busquen planificar y ejecutar mejoras en la economía y los aspectos socioculturales. Asimismo, abordamos las dificultades del gobierno local para obtener el apoyo del gobierno imperial en demandas consideradas importantes para Piauí, lo cual constituía un obstáculo para la materialización de cambios efectivos en la provincia.

Palabras clave: Provincia de Piauí; Post-independencia; Construcción del orden.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é problematizar a dinâmica política da província do Piauí no período temporal compreendido entre meados do ano de 1822, momento inicial das movimentações que levariam à emancipação política, até o início dos anos 1830, quando termina o primeiro reinado no Brasil. O foco da argumentação será direcionado inicialmente, para a caracterização do processo histórico que culminou com a adesão da província do Piauí ao projeto nacional brasileiro. Em seguida, faremos a caracterização dos grupos que se envolveram nas dinâmicas e negociações políticas, bem como a análise das práticas governamentais na construção da institucionalidade imperial e na implementação de políticas públicas no Piauí. Na formulação do artigo, o argumento será lastreado nas reflexões historiográficas que tratam do processo de independência e da construção da ordem imperial, na província do Piauí, no decorrer do primeiro reinado.¹

Do ponto de vista acontecimental, as narrativas, que tratam da efeméride processo de emancipação política no Piauí dão conta de que o processo foi desencadeado no dia 19 de outubro de 1822, na vila de Parnaíba, quando um grupo liderado por Manuel Simplício Dias da Silva e João de Deus e Silva promoveu um levante em favor da independência e da convocação de uma Constituinte para o reino do Brasil.² Essa proclamação incitou movimentações militares das forças leais a Portugal na província e, em dezembro daquele ano, a referida vila era atacada e saqueada. Com a ausência das tropas portuguesas na cidade de Oeiras, a então capital da província, as forças políticas da cidade, capitaneadas pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, fizeram um levante e proclamaram a adesão da

¹ Três autores clássicos da historiografia produzida no Piauí estarão presentes de forma mais significativa na nossa argumentação: BRANDÃO, Wilson de Andrade. **A História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006; NEVES, Abdias. **A Confederação do Equador no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1997; e NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 02.

² QUEIROZ, Teresinha. A história da Independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações. **Humana Res**, v. 1, p. 59-81, jan./ago. 2022.

província do Piauí ao projeto político de D. Pedro, no dia 24 de janeiro de 1823. Dias depois, ocorreu a reação das tropas portuguesas comandadas pelo Major Fidié³, que, ao tomarem ciência das proclamações na cidade de Oeiras, começaram uma marcha de retorno à capital, no intuito de sufocar o movimento. Na metade da viagem, nas proximidades da vila de Campo Maior, ocorreram combates, que ficaram conhecidos como a Batalha do Jenipapo. Depois dessa pugna, as tropas portuguesas se refugiaram na cidade de Caxias, no Maranhão, onde foram atacadas e vencidas por tropas defensoras da causa brasileira e que eram comandadas por lideranças militares de Oeiras, de Parnaíba e ainda por tropas do Ceará, que auxiliaram significativamente no cerco militar a Fidié. Os conflitos tiveram fim, com a rendição do militar português e a adesão da província do Maranhão ao Brasil.⁴

Para entendermos a história do pós-emancipação política no Piauí, devemos problematizar os projetos de sociedade, as crenças e ideologias que moviam alguns personagens que protagonizaram o processo. Dessa forma, precisamos demarcar as posturas políticas de alguns envolvidos com a movimentação emancipacionista no dia 19 de outubro de 1822, na vila de Parnaíba, bem como as posições políticas dos articuladores das movimentações que retiraram do poder, em Oeiras, a última junta de governo fiel à Coroa portuguesa, no dia 24 de janeiro de 1823.

Os personagens dos dois grupos estarão presentes no processo histórico que leva à emancipação e à adesão ao projeto político de D. Pedro, ainda que a história e a geografia da província os coloquem em posição de disputa, de desconfianças e mesmo certo desprezo mútuo. Os parnaibanos, localizados próximos ao litoral e sempre em contato com as forças políticas do Ceará e ainda das cidades de Belém no Grão Pará e de São Luís no Maranhão, áreas com as quais mantinham comércio e comunicação, por via marítima, sentiam-se mais próximos do mundo civilizado e, por isso mesmo, olhavam sempre com certo desdém às lideranças políticas do sul da Província. Os oeirenses, por seu lado, orgulhosos de ocuparem a posição de sede do poder da capitania e depois província do Piauí, percebiam os parnaibanos com desconfiança, sentimento que será exponenciado pelas ações e movimentações políticas dos dois grupos nos anos 1820 e 1830 (BRANDÃO, 2006, p. 96).

³ João José da Cunha Fidié, tenente-general do Exército português, foi enviado ao Piauí em 09 de agosto de 1822, com a nomeação para Governador das Armas do Piauí. Segundo relatos memorialísticos e historiográficos, tinha a missão de fortalecer as posições portuguesas nessa parte Norte do Brasil, particularmente, procurando evitar que um possível movimento de emancipação política do Brasil chegasse até o Piauí e o Maranhão.

⁴ Sobre o processo de adesão do Maranhão ao Império brasileiro ver: CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Subsídios para a História e a Geografia do Brasil. Teresina: Editora da UFPI, 2011.

ADESÃO DO PIAUÍ AO PROJETO NACIONAL BRASILEIRO

Iniciaremos a argumentação pelos personagens ligados às movimentações emancipacionistas, ocorridas em Parnaíba, tratando, particularmente, do Juiz das Comarcas das vilas de Parnaíba e Campo Maior, João de Deus e Silva, bem como de Simplício Dias da Silva, que se notabilizava por ser, inquestionavelmente, a maior liderança política da referida vila. Na sequência da construção do argumento, passaremos a refletir sobre as posturas políticas de alguns personagens ligados às oligarquias vinculadas à cidade de Oeiras, que se envolveram no processo de emancipação política da província, quando arrastaremos para a discussão o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, militar, grande proprietário rural e notável liderança política. Da mesma forma, traremos à cena a figura de Marcos de Araújo Costa, padre, homem ilustrado e com grande influência em todo o processo político da província do Piauí na primeira metade do século XIX. Esses quatro personagens não formam o todo das lideranças que movimentam a cena política do Piauí nos anos de 1822 a 1831, no entanto, acreditamos que se trata de figuras relevantes, e que nos ajudam a entender a dinâmica das relações e dos modos de operar dos dois grupos mencionados.

Os acontecimentos ocorridos na Câmara Municipal de Parnaíba nos dão pistas das intenções e dos projetos políticos de Brasil que povoavam a cabeça dos insurgentes, naquele momento. Wilson Brandão, historiador do processo de emancipação política no Piauí, relata nos seguintes termos a parte final do Auto de vereação da Câmara de Parnaíba, do dia 19 de outubro de 1822:

Então sob aplausos dos circunstantes, são proclamadas nesta vila a Regência de S. A R., a Independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras Cortes Constitucionais do Brasil, reconhecido o Sereníssimo Dom Pedro de Alcantara, Regente e defensor perpetuo do Brasil (BRANDÃO, 2006, p.103).

O documento produzido pela Câmara Municipal de Parnaíba, possivelmente, expressava as ideias do Dr. João Candido de Deus e Silva, Juiz da comarca e Presidente da Câmara Municipal, bem como o pensamento de Simplício Dias da Silva, principal liderança política da região. Deus e Silva era Juiz da Comarca e, desde os anos 1820, assumia postura de defesa de ideias liberais, mas particularmente dos princípios constitucionais. Mostrava-se favorável às Cortes de Lisboa, e ao Reino Unido de Portugal e Brasil. Seu apego, ou pelo menos o que percebia como viável para o Brasil, seria a quebra da lógica política de Antigo Regime, com a pactuação entre rei e sociedade lastreada no âmbito dos princípios constitucionais. Ao que parece, foi exatamente isso que defendeu, no dia 19 de outubro de

1822, quando participou do levante emancipacionista promovido em Parnaíba, como está expresso no documento citado.

Desde o início dos anos 1820, Deus e Silva escrevia artigos na imprensa do Maranhão nos quais defendia os trabalhos desenvolvidos pelas cortes portuguesas (GALVES, 2023, p. 48-75). Em momento seguinte, possivelmente diante das posturas recolonizadoras que as cortes constitucionais de Portugal procuravam impor ao Brasil, e ainda atraído pela proposta de convocação de uma Assembleia constituinte no Brasil (NEVES, 2011), passou a defender abertamente a causa brasileira, particularmente a convocação de uma Assembleia constituinte, que deveria manter a autonomia do reino do Brasil e assegurar o princípio constitucional.

As movimentações em favor da defesa da autonomia do Brasil e da convocação de uma Assembleia constituinte por D. Pedro e mesmo a manifestação pública da Câmara municipal de Parnaíba, não seriam articuladas sem o aceite e a concordância de Simplício Dias da Silva, homem ilustrado, detentor de grande fortuna, com vinculações com Lojas Maçônicas e também adepto de ideias liberais. Dias da Silva, nutria uma admiração pessoal pelo Príncipe Regente D. Pedro, que naquele momento se mostrava defensor dos princípios constitucionais e da autonomia brasileira com relação a Portugal. O grupo parnaibano parece convicto dos princípios liberais e, possivelmente, a ideia central era a defesa do preceito constitucional. Quanto à forma de governo, a proposta de uma monarquia constitucional, capitaneada por um príncipe que se mostrava defensor e adepto dessa forma de governo, possivelmente, fosse o ponto de convergência das forças políticas da Vila de Parnaíba. Ideia que seria a interseção entre monarquistas, admiradores de cabeças coroadas, mas com poderes limitados, e os defensores de princípios liberais mais radicais, que até preferissem um governo republicano, mas que viam essa possibilidade como algo mais distante das possibilidades reais.

Outra questão em disputa no momento seria a relação entre Brasil e Portugal, nesse ponto, a reafirmação do Reino Unido seria, possivelmente, também fruto de negociações, de ponderações políticas ocorridas dentro do grupo político de Parnaíba, uma forma de reafirmar e tornar viável a independência do Reino do Brasil, muito mais no sentido de autonomia econômica e política do que de ruptura total com o Reino de Portugal (SOUSA NETO, 2013, p. 273). Assim, a proposta do grupo parece ser a de buscar o equilíbrio, de assegurar o que era fundamental: a autonomia política do Reino do Brasil, a ruptura com o Antigo Regime e a manutenção do princípio monárquico, fator de aglutinação das províncias em torno de um mesmo projeto de nação e de manutenção da ordem social.

Mudando o foco da argumentação para outros espaços geográficos dentro da Província e passando a refletir sobre as posturas políticas dos personagens ligados às oligarquias do centro-sul do Piauí, que, conforme afirmamos anteriormente, tiveram papel central na derrubada da última junta de governo fiel à coroa portuguesa, encontramos as figuras de Manuel de Sousa Martins e Padre Marcos de Araújo Costa. O primeiro citado, era homem de formação escolar precária, fora talhado na vida prática do sertão, já adulto adquiriu formação militar. O prestígio da sua parentela e seus cabedais o levaram a ocupar espaços na administração da capitania do Piauí, chegando mesmo a ocupar elevados cargos na junta da Real Fazenda da Capitania do Piauí e a fazer parte das juntas governativas no início dos anos 1820. Do ponto de vista político, era homem conservador, ambicioso, de raro senso de oportunidade, o que o levaria a assumir papel de liderança das ações emancipacionistas no Piauí.

Padre Marcos de Araújo Costa (SOUSA NETO, 2012), por seu lado, é homem letrado, um intelectual, possivelmente o mais esclarecido do seu grupo político. Era, entretanto, um homem reticente em se expor excessivamente nas disputas políticas. Embora assumisse espaços de poder decisivos, era sempre reservado, buscando não ficar em posição de maior visibilidade. No momento das lutas pela emancipação política da Província do Piauí, esteve sempre ao lado do seu primo Manuel de Sousa Martins, muito possivelmente assumindo mesmo papel mais relevante do que simples conselheiro e apoiador.

A proximidade do poder e mesmo o exercício de funções de governo, fizeram de Manuel de Sousa Martins um homem prático, experimentado nas articulações políticas e no exercício do poder. Não era homem letrado, capaz de articular reflexões sobre princípios constitucionais, sobre formas de organização do Estado, muito menos era dado a reflexões teóricas sobre as melhores formas de governar. Tinha sim, plena consciência de quais eram os seus interesses políticos e da força da parentela que comandava. Segundo Wilson Brandão, a ascendência que o Brigadeiro tinha sobre os demais do seu grupo se devia à vantajosa situação social e econômica da sua imensa parentela e aos traços da sua personalidade que o singularizavam: sereno ou impetuoso, bravo ou malicioso, oscilando seu comportamento segundo as ocasiões. Era um homem circunstancial (BRANDÃO, 2006, p. 126).

Ademais, as experiências de governos anteriores o tornaram sensível às demandas do exercício das funções de mando governamental, aprendera a usar o jogo da política e das armas do Estado para manter a ordem. A manutenção da ordem se tornaria por toda a

vida pública uma obsessão e uma de suas marcas. É isso o que faria dele alguém confiável, na tarefa da manutenção da disciplina social e do poder.

Os dois grupos políticos de maior atuação na Província articulavam projetos de poder marcados por interesses comuns que os aproximavam: a luta contra inimigos comuns, que, naquele momento, se materializavam nas disputas bélicas contra Fidié, comandante militar, que assumia na Província a função de Governador das Armas e defensor radical dos interesses portugueses na região. No entanto, existiam, ao mesmo tempo, diferenças entre os dois grupos que impediam aproximações mais significativas.

DIVERGÊNCIAS POLÍTICAS E CONSTRUÇÃO DO FUTURO

Passados os momentos de conflitos militares, vencido o inimigo comum, era chegado o momento de articular o futuro, de pensar os arranjos institucionais que levariam à construção de um pacto político entre o monarca e a sociedade. Nesses momentos, quando os inimigos comuns desaparecem, porque derrotados, a tendência é que as dessemelhanças entre os projetos políticos, que estavam até então na penumbra, aflorassem e se mostrassem em toda plenitude.

As manifestações políticas e depois as movimentações militares que levaram à ruptura entre os reinos do Brasil e Portugal estiveram presentes nas províncias do Piauí e do Maranhão, desde o dia 19 de outubro de 1822, quando a movimentação política da vila de Parnaíba ascendeu o estopim da revolução emancipacionista na região até o final de julho de 1823, quando a Província do Maranhão, pressionada por forças imperiais e forças militares do Ceará e do Piauí, se viu obrigada a aderir ao Império brasileiro, pondo, assim, fim ao processo de emancipação política das duas províncias. As questões militares exigiam a atenção e o envolvimento de todos, e a demora em resolvê-las fez com que a região ficasse fora das negociações e embates nacionais, quanto aos arranjos institucionais do novo governo. Além disso, impediu que seus representantes se fizessem presentes ao processo constituinte brasileiro, instalado no início de 1823.

No Rio de Janeiro, agora confirmado como espaço central do exercício do poder imperial, as lideranças políticas e a máquina burocrática se dividiam entre as inúmeras tarefas que estavam postas na ordem do dia: nomeações, escolhas de Presidentes para as províncias, atendimentos/encaminhamentos de mercês aos colaboradores do processo emancipacionista, mas principalmente as negociações políticas para a elaboração da Constituição e a definição do arcabouço institucional que definiria os pactos a serem firmados entre sociedade e estado imperial no Brasil.

No Piauí, Manuel de Sousa Martins assumira o comando da província ainda em 24 de janeiro de 1823, na condição de Presidente da Junta governativa provisória. Desde então, empenhara-se na luta contra as forças leais a Portugal, comandara pessoalmente as tropas piauiense nas disputas com o comandante português, Fidié, em território maranhense. Empenhara-se, vencera e agora sentia-se merecedor de mercês, particularmente da nomeação definitiva para a função de Presidente da Província do Piauí. No entanto, nos meses seguintes as mercês imperiais recaíram sobre Simplicio Dias da Silva, liderança política da vila de Parnaíba, que fora o agraciado com a nomeação para a função de Presidente do Piauí.

No Rio de Janeiro, as tensões políticas entre o imperador D. Pedro I e a Assembleia constituinte subiram a um limite tal, que o monarca acabou por, num arroubo de autoritarismo, encerrar os trabalhos da constituinte e ato contínuo outorgar um projeto de constituição, elaborado por um grupo restrito e da sua inteira confiança, e que dava legitimidade às suas tendências absolutistas, ao tempo em que colocava um freio às propostas mais liberalizantes e democratizantes (NEVES, 2011).

As posturas autoritárias do imperador provocaram decepções e significativo mal-estar, particularmente nas províncias do Norte do Brasil, onde as ideias liberais e, mesmo republicanas, tinham certa relevância (FERRAZ, 1996). No Piauí, o mal-estar se instalou principalmente no norte da Província, sobretudo nas vilas de Parnaíba e Campo Maior. Nesse ponto, precisamos retomar a análise que desenvolvemos no início do artigo, sobre as posturas ideológicas das elites políticas do Piauí. João de Deus e Silva, propagandista das ideias liberais, que possivelmente havia se conformado em aceitar uma monarquia constitucional, se mostrava, agora, decepcionado e um ferrenho defensor dos princípios republicanos. Para ele, a aposta em D. Pedro e no seu suposto perfil liberal havia redundado em grande decepção, o que o levou a aderir ao movimento republicano, a Confederação do Equador, encabeçado por Pernambuco (NEVES, 1997, p. 114). A posição majoritária, no grupo de Parnaíba, era a de que: uma constituição que não resultara das negociações políticas, que não era o consenso possível entre a sociedade e o imperador, mas sim, a expressão da vontade absoluta do monarca não deveria ser aceita, muito menos jurada.

Simplicio Dias da Silva, também de perfil liberal, admirador de D. Pedro I, por quem sempre nutriu estima pessoal, sendo grande defensor da ideia de monarquia constitucional no seu grupo, possivelmente, se via diante de um dilema: estava decepcionado com as posturas autoritárias de D. Pedro, mas assumir publicamente essa posição, mais que isso, engajar-se em movimento revolucionário de perfil republicano,

como aquele que seus correligionários de Parnaíba e do Ceará o convidavam para tomar parte, parecia excessivo para suas convicções políticas.

Para agravar ainda mais seus dilemas, o imperador acabara de o agraciar com a nomeação para a função de Presidente da província do Piauí. A decepção o motivou a ponderar demoradamente sobre qual atitude tomar, acabando finalmente por recusar a nomeação. Não assumia a função de comando da Província, possivelmente, por não se sentir confortável em compactuar com um imperador de posturas autoritárias, mas também não embarcaria em novo movimento de rebelião. Assumiu postura de distanciamento das agitações, mesmo que outros membros do seu grupo, como Deus e Silva, assumissem posição desfavorável ao imperador, até mesmo aderindo ao movimento republicano.

Se o cenário político da Província ficava em compasso de espera, tendo em vista a indefinição de quem assumiria definitivamente a função presidencial, o cenário político nacional se movimentava e forcejava por adesões que legitimassem os encaminhamentos constitucionais definidos pelo imperador. Dessa forma, o projeto de Constituição Imperial fora encaminhado para que as autoridades provinciais e as Câmaras municipais jurassem lealdade a D. Pedro I e ao projeto da Constituição Imperial.

Manuel de Sousa Martins e seu grupo, que até então esperava ser agraciado pelos feitos em favor da emancipação política e do Imperador, continuava na condição de Presidente da Junta de Governo Provisório, esperando que Simplício Dias da Silva se dignasse a assumir a função de Presidente, ou, que o imperador nomeasse outra pessoa.

Enquanto essas indefinições continuavam, a propaganda republicana chegara ao Piauí e ganhava adeptos e mesmo manifestações de apoio, particularmente no norte da Província, mas já provocando murmúrios e comentários por outras partes.

As movimentações contrarrevolucionárias precisavam de prosélitos que fizessem o convencimento da população, pois, mesmo na cidade de Oeiras, havia os que discordavam de Sousa Martins e do imperador. Para essa função, o Presidente contaria com a eloquência do Cônego Antônio Fernandes da Silveira, que, natural de Sergipe, fora enviado ao Piauí pelo imperador, para assumir a função de Secretário da Presidência. Silveira era um monarquista convicto que, no Piauí, seja no púlpito, seja nos espaços privados que frequentava, e ainda nas correspondências oficiais que elaborava e encaminhava em nome do Presidente, assumiria a defesa enérgica e bem articulada da lealdade ao imperador e as suas determinações.

Para Abdias Neves, o Cônego Antônio Fernandes da Silveira chegou ao Piauí em momento delicado, marcado pelos começos da propaganda revolucionária e pela recente nomeação de Simplício Dias da Silva para o cargo de Presidente. Esse último

acontecimento, segundo Silveira, teria provocado significativos ressentimentos em Manuel de Sousa Martins, o que o estaria levando a negligenciar o combate ao movimento revolucionário. Depois de todos os esforços e correspondências trocadas com a Corte imperial, o Brigadeiro havia sido preterido na escolha para a Presidência da Província. Vendo o avançar da propaganda revolucionária e a inércia do Presidente, Silveira passou a atuar no sentido de persuadi-lo, de mostrar que essa seria mais uma oportunidade para mostrar a sua lealdade à causa imperial.

Segundo Abdias Neves, Silveira seria mesmo o grande articulador da reação de Manuel de Sousa Martins à propaganda e à movimentação revolucionária:

Afirma ele próprio em requerimento ao Imperador, solicitando uma mênção, que chegara ao Piauí numa crise melindrosa em que vacilava toda a província. Observador perspicaz, compreendeu num relance, a situação: a dubiedade da junta, o incremento da propaganda republicana, o despeito de Sousa Martins pela preterição que sofrera com a preferência imperial dada a Simplício Dias da Silva. E foi ao seu encontro, opinando junto ao brigadeiro pelo nenhum efeito da nomeação do Coronel Simplício – fundado em que não manifestara o ânimo de aceitar a investidura. E não ficou aí. Oficiou à junta abundando nas mesmas considerações e sugerindo a ideia da convocação de uma câmara que elegeisse um presidente temporário, porquanto a junta não tinha mais figura legal. O êxito foi completo. Não houve quem divergisse (NEVES, 1997, p.112 -113).

Enquanto se fazia em Oeiras a contrapropaganda revolucionária, cresciam no norte da província as movimentações em favor das tendências libertárias. O juiz João Candido de Deus e Silva, contando com outras lideranças políticas, movimentava o povo em favor da rebelião republicana, fazendo mesmo com que a Câmara de Parnaíba, convencida da viabilidade e da legitimidade do movimento rebelde que se espalhava pelas províncias do Norte, de Pernambuco ao Ceará, aprovasse em 25 de agosto de 1824, uma moção de apoio e de adesão da Vila à República proclamada no Recife, e ato contínuo, oficiou à Junta governativa do Piauí e aos governos republicanos das províncias revoltosas, participando sua adesão, o que foi oficiado em 26 de agosto (NEVES,1997, p.113-114).

Diante da crise instalada, Manuel de Sousa Martins colocou em prática uma série de ações no sentido de fortalecer sua posição e liderança e, assim, poder reagir contra a rebelião dentro da Província. Caprichosamente, o destino, mais uma vez, o colocara na situação de ser o homem capaz de fazer valer os interesses do agora imperador D. Pedro I, na província do Piauí. O Presidente em exercício, imediatamente convocou o conselho provincial, e providenciou uma eleição que o escolheu como Presidente temporário, e passou a assumir a intransigente defesa da ordem imperial na Província. Os arroubos autoritários do imperador em nada o incomodavam. Suas convicções liberais eram

suficientemente frágeis para se adaptarem à realidade proposta pelo Governo Imperial, e foi exatamente esse o encaminhamento que deu.

Na função de Presidente temporário, assumiu postura enérgica, mandando correspondência a todas as Câmaras municipais das vilas da Província, comunicando a sua eleição e demandando a lealdade ao Imperador e a recusa a qualquer movimento revolucionário republicano. Segundo Odilon Nunes, é volumosa a correspondência expedida pelo Presidente da Província e pelo Governador das Armas, em favor da ordem monárquica. Ato contínuo, marcou as solenidades de juramento à Constituição imperial, da forma como fora outorgada pelo imperador. Presentes à solenidade estavam todas as autoridades civis e militares da cidade de Oeiras. Em seguida, encaminhou o projeto de constituição para as demais Câmaras municipais, para que elas também efetivassem o solene juramento, o que foi realizado por todas as demais Câmaras, com a exceção das vilas de Parnaíba e Campo Maior, que, nesse momento, encontravam-se em estado de sublevação e de apoio ao movimento republicano da Confederação do Equador.

O sucesso do movimento rebelde na Província do Piauí, segundo Abdias Neves, se restringiu às vilas do norte da Província, onde a presença de João Candido de Deus e Silva e de outras lideranças políticas era mais forte, e daí espreado-se ainda à vila de Marvão, situada também ao norte e na fronteira com o Ceará, de onde a rebelião se propagava ao Piauí.

Nas vilas do centro-sul e no sul do Piauí, as movimentações em favor das ideias republicanas não tiveram o mesmo sucesso. A movimentação contrarrevolucionária, empreendida pelo governo Sousa Martins, que, além das correspondências incisivas em favor da lealdade ao imperador e da defesa da ordem, enviou o Padre Marcos de Araújo Costa para a vila de Valença, região contígua a Campo Maior, para assegurar que o movimento rebelde não se espalharia para aquela Vila.

O Presidente exigia a lealdade ao imperador e avisava que as posturas de neutralidade seriam percebidas como conivência com os rebeldes, afirmando que todos deviam executar e obedecer unicamente às ordens emanadas da Presidência em Oeiras (NUNES, 2007). Quando as movimentações no Piauí, em favor da Confederação do Equador ainda estavam no âmbito das adesões e da propaganda de convencimento de outras lideranças, o movimento em Pernambuco e nas demais províncias fora derrotado pelas tropas imperiais.

Se a movimentação revolucionária no Piauí não alcançou toda a província, por outro lado, serviu para fortalecer as posições políticas dos grupos oligárquicos de Oeiras, capitaneados por Manuel de Sousa Martins, por Padre Marcos da Araújo Costa e por

outros membros de sua parentela, ao tempo em que as forças políticas do norte da Província, se viam, agora, com a mácula da deslealdade, ou no mínimo, no caso de Simplicio Dias da Silva, uma certa conivência disfarçada com relação ao movimento de rebelião de caráter republicano.

Todos os acontecimentos e movimentações devidamente relatados ao Governo Imperial levaram não só à nomeação definitiva de Manuel de Sousa Martins como Presidente, agora com as graças imperiais, mas também à concessão de mênças ao seu grupo político, sendo concedido a ele, o título de Barão da Parnaíba com grandeza. A 1º de maio de 1825 assumiu o cargo de Presidente da Província, função que já exercia, de forma provisória ou temporária, desde 24 de janeiro de 1823.

Vencidas as movimentações rebeldes e tendo o grupo dos Sousa Martins assumido de forma hegemônica o poder na Província, as propostas mais liberalizantes e seus defensores passaram a sofrer sanções como punição pelos seus atos. Em janeiro de 1825, foram presos o juiz João Candido de Deus e Silva e uma série de outras lideranças civis e militares das vilas de Parnaíba e Campo Maior. Alguns dos presos logo recuperaram a liberdade, outros foram mantidos presos em Oeiras por alguns meses. No entanto, a devassa feita acabou por entender pela anistia dos rebelados. Os ânimos já estavam abrandados, as movimentações rebeldes, no Piauí, não haviam passado das manifestações de recusa a jurar a constituição e da propaganda a favor da rebelião. Em novembro de 1826, João Candido de Deus e Silva foi absolvido do crime de rebelião e perjúrio, voltando à liberdade e ao pleno exercício de seus direitos políticos (GALVES, 2023, p. 69).

HEGEMÔNIA POLÍTICA E CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL

Os quase três anos iniciais, como afirmamos anteriormente, marcados por conflitos militares e indefinições administrativas, haviam deixado as finanças da província desgastadas. Segundo Odilon Nunes, ao final das guerras da independência, a economia do Piauí estava em frangalhos; a agricultura, que já era uma atividade incipiente, sofria com as movimentações de tropas e com as secas que assolavam a região por toda a primeira metade dos anos 1820. A pecuária, historicamente a principal atividade econômica da região, havia sofrido também com a movimentação de tropas, que exigiam alimentação e ainda depredavam as propriedades e provocavam perdas nos caminhos que trilhavam na volta ao Ceará (NUNES, 2007, p. 143).

O desafio posto ao presidente provincial no Piauí era imenso. A ideia de emancipação política, de autogoverno, trouxera consigo a esperança de construção de

melhores condições de vida, de democratização das relações entre estado e sociedade, de melhorias na economia, no entanto, os ventos que sopravam do Rio de Janeiro apontavam para a limitação das tendências mais democratizantes. O imperador D. Pedro I, ao colocar limites à participação parlamentar, definira os limites do liberalismo no Brasil e, por tabela, os limites das mudanças que seriam efetivadas: teríamos um estado centralizado, continuaríamos com a escravidão, o projeto vencedor era conservador (MOTA, 2000, p. 197-238).

No Piauí, a situação não seria diferente e ganharia cores próprias, em decorrência da forma violenta como se deu o processo de independência, mas principalmente pelo tensionamento entre os grupos políticos organizados que atuavam na sociedade. As tensões provocadas pelo imperador, ao impor limites à ação parlamentar, ao outorgar uma carta constitucional, levou ao acirramento dos ânimos na política local e ao confronto dos que defendiam projetos de sociedade mais liberalizantes e os que não se incomodavam com o autoritarismo imperial. As retaliações e punições aos defensores dos ideais republicanos no Piauí não levou ao derramamento de sangue dos envolvidos, não ocorreram execuções, no entanto, as desconfianças e as reservas estavam na ordem do dia, por parte do grupo que, capitaneado por Manuel de Sousa Martins, comandará a Província até a metade do século XIX.

Assenhoreado do poder, agora com as bênçãos imperiais, Manuel de Sousa Martins, agora Barão da Parnaíba, encaminhará as ações de governo, para fortalecer ainda mais seu poder pessoal e afastar todos que representassem ameaça a esse objetivo. Vencidos os inimigos externos ao seu grupo político, estava na hora de combater as ameaças internas, que vinham da sua própria parentela. Seu irmão, Joaquim de Sousa Martins, que o acompanhou por todas as movimentações políticas e militares que levaram à independência, ocupava em 1825 a função de governador das Armas da Província⁵. A divisão de poderes entre o governo da província e o governo das Armas sempre foi tensa e, no caso em tela, a tensão chegou ao ponto de conflito em 1825. O Barão da Parnaíba encaminhou petição ao imperador solicitando a exoneração de Joaquim de Sousa Martins, acusando-o de causar discórdias com a administração civil, que poderiam levar mesmo à quebra da ordem pública na Província. Meses depois, o Barão da Parnaíba se dirigiu novamente ao imperador, fazendo acusações de insubordinações do governador das Armas, acusando-o até mesmo de incompetência para o exercício da função militar. Diante

⁵ Sobre a função de governador das Armas no Brasil colônia e império ver: Memória da Administração Pública Brasileira - MAPA – Governadores das Armas. Acessado em 25 de junho de 2023. (mapa.an.gov.br)

das disputas, D. Pedro I acabou por afastar o governador das Armas de suas funções (NEVES, 1997, p. 144-145).

O Barão da Parnaíba, após derrotar o irmão, buscou meios de fazer acusações, prender e abrir processo contra o padre Joaquim Monteiro de Carvalho e Oliveira, que era aliado de Joaquim Martins de Sousa. Essa situação ilustra o *modus operandi* do Barão da Parnaíba durante os longos anos em que esteve no poder. Sua eficácia em manter a ordem social, a província do Piauí em perfeita paz e harmonia, como gostava de afirmar nos seus documentos e correspondências ao governo imperial, era efetivada com o uso das armas que tinha à mão, justificando sempre a aplicação do autoritarismo como forma de conseguir um bem maior: a defesa do interesse público e a ordem social (NUNES, 2007, p. 170).

Georges Gardner, naturalista escocês, que visitou a cidade de Oeiras e conheceu o Barão da Parnaíba em 1839, fez sobre sua personalidade alguns comentários que ajudam a entender seu perfil psicológico:

Ele é mais temido que respeitado pela massa da população, e em casos de emergência, pode reunir dentre os seus amigos e dependentes mais de dois mil vigorosos defensores: tem sempre a mão quem esteja inteiramente pronto a executar-lhe as ordens, seja qual for sua natureza. (...) Embora geralmente ignorante, possui grande esperteza e astúcia, qualidades altamente propícias à manutenção do despotismo com que tem regido a província, que por certo tem gozado de mais paz e sossego do que quase todas as outras províncias do Império (GARDNER, 1975, p. 126-127).

A discussão sobre o perfil do Barão da Parnaíba ganha relevância na análise, pela forma personalista com que governou a Província, bem como pela longevidade da sua atuação à frente do executivo provincial. Manuel de Sousa Martins governou o Piauí, com alguns pequenos intervalos, desde 24 de janeiro de 1824 até 30 de dezembro de 1843. Nesse período atuou de forma personalista e sempre tomando os devidos cuidados em nomear, para cargos de maior poder e prestígio na província, pessoas ligadas a ele por laços de parentesco ou por grande proximidade política e convicção de lealdade (GARDNER, 1975, p. 129).

A força política do Barão da Parnaíba contava com o apoio do governo imperial, mas também se viabilizava pelas peculiaridades do Piauí nos anos 1820-1830. Assim as elites políticas com interesses divergentes não tinham meios, nem mesmo conseguiam ocupar espaços institucionais de poder, que fizessem frente significativa ao Presidente da província. A imprensa, que podia ser um campo de atuação e disputas, só seria viabilizada no começo dos anos 1830 e, ainda assim, com o patrocínio oficial e vinculado ao poder

legislativo. Dessa forma, somente no ano de 1846, surgiria o primeiro jornal de caráter liberal e independente no Piauí (CARVALHO, 2023).

Para entender a atuação administrativa do Barão da Parnaíba à frente da presidência da província do Piauí, precisamos inicialmente considerar quais as tarefas deveriam ser desempenhadas. Segundo a legislação imperial de 1823 e 1824, o presidente era antes de tudo um delegado do imperador nas províncias, era nomeado por ele, e seria mantido no cargo enquanto fosse conveniente ao soberano (PEREIRA, 2017). Ao presidente, caberia, além da manutenção da ordem pública, algumas demandas que visavam ao desenvolvimento econômico: o fomento da agricultura, do comércio e da indústria, a promoção da educação da mocidade, a salubridade, a vigilância sobre as prisões e casas de correções, a construção de obras que visassem à manutenção ou à construção da infraestrutura, entre outras atribuições.

A eficácia da governança da maioria dos presidentes provinciais, por todo o período imperial, tropeçava na imprevisibilidade da duração do período de governo, não existia um mandato a ser efetivado, o tempo de ocupação na função estava diretamente atrelado à vontade e aos interesses do governo imperial, e isso teria um impacto negativo, particularmente em áreas com economias frágeis, onde a atuação e o planejamento do poder público seriam mais demandados. Uma segunda questão que precisamos considerar, ao analisar a atuação dos presidentes de províncias, particularmente durante o primeiro reinado, diz respeito ao precário estado das receitas públicas, sejam do governo imperial, sejam das províncias (CALDEIRAS, 2011, p. 161-204).

No caso específico do Piauí, as receitas públicas estavam em situação difícil diante de certa decadência do setor pecuário que já se fazia sentir, situação que se agravava pelas perdas provocadas com as lutas em favor da emancipação política. Os rebanhos haviam diminuído e a pouca agricultura ainda sofria com as perdas em decorrência da estiagem que assolou o Piauí, na primeira metade dos anos 1820.

O Barão da Parnaíba se mostrou um governante preocupado com a manutenção da ordem pública, e mesmo que possamos questionar os métodos utilizados, não podemos deixar de registrar que, nesse aspecto, ele atendia como poucos às determinações do poder imperial. Por outro lado, se analisamos as demandas colocadas a um presidente, em outras esferas, como, o desenvolvimento da educação, o fomento a novas atividades econômicas, a reforma e construção de obras públicas que trouxessem melhorias na infraestrutura e na salubridade, e mesmo a elaboração de políticas públicas que levassem a melhorias na promoção social, temos que afirmar que a combinação de dificuldades financeiras, seja no âmbito nacional e/ou provincial, aliada a um governante de perfil conservador, pouco

afeito a mudanças, e ainda sem uma formação que o levasse a projetar o Piauí, para além dos interesses das oligarquias regionais pecuaristas, não favoreceu para que a província rompesse com as estruturas econômicas e socioculturais herdadas do período colonial, na primeira metade do século XIX.

O Piauí montara, desde os primórdios da colonização, sua economia na atividade pecuária, essa fora a motivação inicial e durante todo o período colonial, e continuou, por todo o período imperial, a ser o carro chefe da economia, moldando também a distribuição populacional que historicamente assumiu caráter centrífugo, o que fez com que as vilas e cidades, bem como as atividades nelas desenvolvidas não ganhassem maior relevância na economia. Odilon Nunes, ao tratar do Piauí no início do período imperial, afirma que a província contava com aproximadamente 95 mil habitantes, espalhados por um vasto território, resultando numa baixa densidade demográfica, que, aliada à falta de articulação entre os pontos habitados, dificultava o desenvolvimento do comércio e a circulação de riquezas (NUNES, 2007, p. 128).

No período do primeiro reinado, algumas iniciativas relacionadas a projetos de melhorias na educação e mudanças econômicas foram encaminhadas pelo governo imperial às províncias, no entanto, as propostas não chegavam acompanhadas de recursos humanos e financeiros que viabilizassem sua efetivação. Assim, desde 1823, o governo imperial passou a legislar sobre a necessidade da implantação de escolas primárias em todas as vilas e cidades do império, indicou a adoção do método Lancaster de ensino primário. Em 1827, mais uma vez, reforçou a urgência em instalar escolas nas áreas mais povoadas, porém, novamente, as orientações não eram acompanhadas dos recursos necessários à implantação das políticas públicas apontadas. Em resposta, o governo provincial criou novas escolas primárias, mas sempre enfrentando dificuldades em preencher os cargos docentes em decorrência dos baixos salários oferecidos, das poucas pessoas habilitadas para ocupar a função de ensinar e mesmo, algumas vezes, a falta de aprendizes.

No que se refere a orientações que visassem a mudanças na economia provincial, o governo imperial encaminhou a proposta do plantio de ervas, que pudessem ser usadas no consumo de chás, mas a proposta nem contou com suporte técnico que viabilizasse a produção, tampouco seduziu aos piauienses, muito mais afeitos ao criatório do gado que à agricultura. Entre 1829 e 1830, o imperador substituiu o Barão da Parnaíba na presidência e, nesse período, João José Guimarães e Silva, proveniente de outra província, encaminhou ao governo imperial algumas demandas que objetivavam melhorias econômicas: a primeira, o envio de migrantes europeus, não portugueses ao Piauí, no que não foi atendido; a segunda solicitação foi o envio de engenheiros do Imperial Corpo de engenharia, com o

objetivo de realizarem levantamentos topográficos e outros estudos na província, pleito que foi atendido mas com poucos resultados práticos diante da demanda a ser efetivada.

Em síntese, como as condições econômicas da província não davam sinais de melhora significativa e o governo imperial, por seu lado, não encaminhava para a província recursos materiais e humanos que dessem suporte a transformações materiais e culturais de algum significado, o Piauí continuava com as características que já apresentava desde o período colonial. As vilas e cidades continuavam a ter estrutura precária, as obras públicas continuavam a ser feitas de forma lenta e a estrutura dos espaços urbanos refletia as condições materiais da província.

Um último ponto que julgamos relevante para entendermos a dinâmica das relações entre o governo imperial e o Piauí, no decorrer dos anos 1820 e 1830, diz respeito a duas demandas que interessavam ao poder provincial e sobre as quais o Barão da Parnaíba fez repetidas solicitações ao imperador, sempre sem sucesso. A primeira foi a definição territorial com o Maranhão, no que se refere à Barra de Tutoia. Um pedaço do litoral, na fronteira entre Piauí e Maranhão, que apresentava boas condições para o atracamento de navios, o que possibilitaria um incremento das trocas comerciais marítimas da província do Piauí. A demanda não teria custos financeiros, mas possivelmente teria custos políticos com o Maranhão e o governo imperial não quis bancar esse desgaste (PORTO, 1974, p. 82-85). A segunda reivindicação era a criação de um bispado no Piauí, o que traria autonomia eclesiástica com relação ao Maranhão, pois o Bispo do Maranhão, desde o século XVIII, respondia pelo território e pelos fiéis das duas províncias. Essa demanda daria ganhos financeiros ao Piauí, na medida em que as receitas eclesiásticas ficariam na província, além de proporcionar maior autonomia do Piauí com relação às questões de dispensas matrimoniais e outros serviços eclesiásticos. Essa segunda proposta, da mesma forma que a primeira, nunca foi atendida durante o governo imperial (SOUSA NETO, 2011).

CONCLUSÃO

O Piauí espelhava de forma mais significativa algumas características que eram presentes na maior parte do império: a pouca escolarização, a carência de recursos humanos qualificados para atividades como: docência, sacerdócio, justiça. Sem contar com a dificuldade de encontrar até mesmo profissionais que se dedicassem à construção civil e a outras atividades urbanas. De certa forma, a província do Piauí repetia os compromissos com o arcaísmo, com o passado, o que, no decorrer do século XIX, iriam se fazer visíveis, à medida que esse novo século seria marcado, de forma cada vez mais intensa, pela

mudança, pela ideia de progresso, por novos ritmos, por relações mais estreitas com a cultura escrita, com a ciência moderna, que começava a se impor a partir da Europa e da América do Norte. Era o capitalismo, a olhar para as formas de vida do passado como arcaísmos e a desdenhar de tudo que cheirasse a passado, a práticas rotineiras (PAULA, 2012, p. 179-234).

O Brasil começará por volta da metade do século XIX a procurar ajustar o passo com as novas realidades do mundo, o capitalismo triunfante exigia das nações que se ajustassem aos modelos econômicos propostos. O Brasil buscava o seu ajustamento a esse modelo, e o Piauí seguira ritmo próprio, marcado por sua dinâmica social fortemente ligada ao mundo e às sociabilidades rurais, à realidade da fazenda, do criatório do gado. Suas elites políticas e econômicas viviam mergulhadas nessas sociabilidades tradicionais, em que a escola e a cultura escrita encontravam poucos adeptos, em que as práticas políticas de mando senhorial continuavam resguardadas e em que o manejo da pecuária e sua rotina comandavam as estruturas econômicas e o poder provincial.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **A História da Independência no Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2006.

CALDEIRA, Jorge. O Processo econômico. In: SILVA, Alberto da Costa e. **História do Brasil Nação**. Crise colonial e independência – 1808-1830. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. v. 01.

CARVALHO, Flávio Fernandes. **Imprensa, ressentimentos e poder**: a trajetória de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva e a dinâmica política do Piauí oitocentista - 1839-1852. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & Liberais**. Guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: Editora da UFPE, 1996.

GALVES, Marcelo Cherche. Entre o Grão Pará, Maranhão, Piauí e Ceará: aspectos da trajetória de João Candido de Deus e Silva (1819 – 1825). In: ABRANTES, Elisabeth Sousa; MATEUS, Yuri Givago Alhadef S.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho (Org.). **A Independência do Brasil nas províncias do Maranhão e Piauí**. São Luís: EDUEMA, 2023. p. 57-89.

GARDNER, Georges. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1975.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora SENAC, 2012. p. 197-238.

NEVES, Abdias. **A Confederação do Equador no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1997.

NEVES, Lucilia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e. **História do Brasil Nação**. Crise colonial e independência – 1808-1830. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. v. 1.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2007. v. 02.

PAULA, João Antônio de. O Processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional – 1830 – 1889**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. v. 02.

PEREIRA Cristiane. Os primeiros presidentes em duas províncias distintas: Goiás e Rio Grande do Sul (1824-1831). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 29., 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUH, 2017. p. 161-204.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

QUEIROZ, Teresinha. A história da Independência no Piauí: das escritas instituintes aos revisionismos, das versões modernas às celebrações. **Humana Res**, v. 1, p. 59-81, jan./ago. 2022.

SOUSA NETO, Marcelo. Em nome da fé; em nome dos bens: a criação da Diocese do Piauí (1822-1903). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 04, n. 10, maio 2011.

SOUSA NETO, Marcelo de. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. Teresina: EDUFPI, 2012.

Como citar:

ABNT

CASTELO BRANCO, P. V. O processo de emancipação política e a criação da ordem imperial no Piauí. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.16, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.16>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APA

Castelo Branco, P. V. O processo de emancipação política e a criação da ordem imperial no Piauí. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.16, 2023. Recuperado em 26 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.16>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.

Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

